

Senadores em dúvida convocam o ministro

O senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, vai convidar amanhã o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, para participar, junto com seus assessores e os negociadores brasileiros, de uma reunião da comissão especial sobre a Dívida Externa daquela casa legislativa. Na reunião, os senadores pretendem saber do ministro e dos negociadores brasileiros quais os últimos avanços, exigências e dificuldades encontradas nesta recente viagem ao Exterior, onde foram feitos contatos com agências de financiamento internacionais, bancos credores e autoridades monetárias dos países credores.

Para o senador Chiarelli, o tempo agora conta em favor do Brasil, mas têm surgido na imprensa notícias alentadoras e outras inquietantes, com referência às negociações da dívida, tornando-se necessário que os senadores, que deram respaldo político e, portanto, maior representatividade ao ministro da Fazenda nesta rodada, recebam agora as informações corretas e sem intermediários.

Entre as notícias desencontradas que surgiram, Chiarelli cita algumas — relacionadas com a estratégia traçada por Bresser e referendada em reunião no Senado e

outras — que apresentam inovações fora dos procedimentos adotados e dos posicionamentos combinados, como por exemplo, a suspensão ou não da moratória, a ideia de um pagamento simbólico dos juros e a exigência de um acordo prévio com os bancos privados, antes de qualquer acordo com o FMI.

A estratégia definida por Bresser, e que contou com o apoio da Comissão Especial sobre a Dívida Externa, previa que, de início, o Brasil visaria a obter um acordo de longo prazo com os bancos privados de, pelo menos, cinco anos, que permitisse um ajuste interno sem os sobressaltos das rolagens de curto prazo usuais até então.

O segundo ponto acertado pelo ministro da Fazenda com os parlamentares era de que o Brasil só iria ao FMI se isto fosse necessário, e depois de renegociar sua dívida com os bancos privados. O terceiro ponto era que não haveria nenhum desembolso de juros depois da moratória, que não fossem com **spread** zero ou então significativamente menores do que os obtidos pela Argentina e as Filipinas. Depois da moratória brasileira, esses dois países conseguiram renegociar a sua dívida com **spreads** de 0,8%.